

## Triagem: síntese da transformação urbana no cenário do Rio dos grandes eventos

Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** O Bairro Carioca, localizado em antigo terreno de 120.000 m<sup>2</sup> pertencente à Light-Serviços de Eletricidade S/A em Triagem, na Zona Norte do Rio de Janeiro, vem se constituindo nos últimos três anos como lugar central para a realização do reordenamento habitacional urbano de moradores de baixa renda, realizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e financiado pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal. Com 2.240 unidades habitacionais, distribuídas por 120 prédios e 11 blocos, o Bairro Carioca recebe mutuários de novos processos de reassentamentos de localidades mais pobres de favelas da Zona Sul, Centro e Grande Tijuca. Tal política de habitação está diretamente relacionada aos megaeventos esportivos e à tendência da gentrificação carioca no grande eixo Zona Sul -- Centro e Zona Portuária -- Zona Oeste (Barra da Tijuca e Jacarepaguá), configurando uma série de intervenções do poder público sobre favelas, como novo objeto de interesse imobiliário e turístico, reeditando com novas roupagens o fantasma da remoção e a constituição de novos conjuntos habitacionais de grandes dimensões que ressurgem na paisagem urbana do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Favelas; remoção; reassentamento; conjunto habitacional.

O artigo é fruto de uma pesquisa de Mestrado em andamento, realizada por Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, cujo um dos objetivos é estudar o novo conjunto habitacional “Bairro Carioca”, destinado sobretudo ao reassentamento de moradores localizados nas chamadas “áreas de risco” de várias favelas cariocas. Neste artigo,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense - PPGS-UFF, bolsista da CAPES e pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana – LeMetro/IFCS-UFRJ. O autor agradece os recursos obtidos junto à CAPES para a realização de sua pesquisa acadêmica de caráter etnográfico.

pretende-se articular teoricamente algumas questões sócio-históricas abordadas por pesquisadores urbanos e apresentar questões do trabalho de campo. A partir de pesquisa de caráter etnográfico, o presente trabalho busca analisar os dilemas sociais e econômicos no contexto da atual política habitacional vigente no Rio de Janeiro, a partir do reordenamento urbano e da valorização imobiliária em vigência no Rio de Janeiro.

### **I - Rumo a Triagem**

O “Bairro Carioca”, grande conjunto habitacional financiado pelo Programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) e localizado em um antigo terreno de 120.000 m<sup>2</sup> pertencente à Light Serviços de Eletricidade S/A<sup>2</sup> em Triagem<sup>3</sup>, vem se constituindo, nos últimos três anos, como lugar central para a execução dos projetos de reassentamentos urbanos realizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em 2011, virou referência para o mais ambicioso projeto habitacional do governo Eduardo Paes<sup>4</sup> destinado a moradores oriundos de “áreas de risco”. Esse complexo habitacional está localizado a apenas quinze minutos em transporte público do centro da cidade, ao lado de uma estação de metrô e de um importante ramal ferroviário, além de possuir uma significativa oferta de linhas de ônibus para diferentes regiões da cidade. Possui 2.240 unidades habitacionais, divididas em 120 prédios e distribuídas por 11 blocos. Em torno de três mil famílias já residem no local.

Nesse novo “bairro” resultante do planejamento oficial, a prefeitura construiu uma escola municipal, uma clínica da família, uma praça com um centro de inclusão digital, um ginásio poliesportivo equipado, uma academia de ginástica, um espaço para a construção de um mercado popular, praças e áreas de lazer entre os blocos. Além disso, o Bairro Carioca dispõe de espaços para depósito de lixo, saneamento, rede de esgoto, água

---

<sup>2</sup> A “Cidade Light”, como era chamada, foi inaugurada no local em 1930. Como a Light era a empresa que tinha a concessão dos principais serviços públicos – de transporte, de gás encanado, de telefonia e eletricidade –, resolveu-se concentrar em um único lugar toda a fabricação e conservação do material necessário para a manutenção desses serviços. Tais informações estão disponíveis ao público no Museu Light da Energia, situado na Avenida Marechal Floriano, 168 – Centro, Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Triagem é uma estação de metrô da Linha 2 e um bairro não-oficial do Rio de Janeiro, na Zona Norte da cidade. O local recebeu esse nome durante o período ditatorial do Estado Novo na Era Vargas, quando instituições militares ali situadas recebiam prisioneiros para uma “triagem”, destinando os presos políticos para centros de detenção específicos. Segundo a delimitação oficial (Decreto n. 3.158, de 23/Jul/1981 e Lei Complementar n° 17, de 29/Jul/1992), a estação de metrô Triagem fica no limite dos bairros de Benfica (onde se situa) e Rocha, que pertencem, respectivamente, às Regiões Administrativas VII - São Cristóvão e XIII - Méier.

<sup>4</sup> Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro (2009-2016).

encanada, gás encanado e iluminação pública. Como pontos notáveis da publicidade oficial estão, em primeiro lugar, a localização, a facilidade de acesso e, em seguida, a oferta de equipamentos públicos.

Visitamos pela primeira vez o Bairro Carioca em março de 2014, com o propósito de realizar pesquisa etnográfica sobre a nova localidade e o processo de “mudança social dirigida” em curso (VOGEL & MELLO, 1989), evidenciando a tensão entre a aderência e a resistência às mudanças por parte dos novos habitantes. Ao entrarmos nas instalações do conjunto habitacional, conhecemos Sr. Wilson, o primeiro morador a chegar ao empreendimento e que se tornou um dos interlocutores qualificados na etnografia do conjunto. Sr. Wilson chegou ao Bairro Carioca em agosto de 2012, após morar por 40 anos no morro do Salgueiro, na Grande Tijuca. Casado e pai de onze (11) filhos, se tornou um dos expoentes do início de nossa pesquisa de campo como *personalidade pública vocacional* do lugar (JACOBS, 2000), fundamental no acolhimento dos novos moradores.

A casa do Sr. Wilson no morro do Salgueiro foi condenada pela GEO-Rio<sup>5</sup> por situar-se em “área de risco”. Depois de sair de sua residência, passou a receber o aluguel social<sup>6</sup>, até ser beneficiado por um apartamento no Bairro Carioca. Ao descrever sua experiência, diz que ao chegar ao novo conjunto habitacional pôde escolher o apartamento no Lote 1, apesar de que a Direcional Engenharia<sup>7</sup> ainda estivesse fazendo obras por todo conjunto habitacional. O senhor nos mostra que havia três lotes para serem inaugurados e que, à época, “ainda tinha muita gente para chegar”.

Durante a primeira ida a campo, soubemos pelo síndico de um dos blocos que estava prevista a entrega das últimas 740 unidades habitacionais às pessoas sorteadas pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Achamos que seria uma excelente oportunidade de presenciar a chegada de parte considerável dos moradores ao novo conjunto. A entrega simbólica das chaves em meio a discursos políticos ocorreu em uma manhã de sábado, no dia 17 de maio de 2014, com a presença do prefeito Eduardo Paes e

---

<sup>5</sup> A Fundação Instituto de Geotécnica – Geo-Rio – é o órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pelo monitoramento e contenção de encostas e pela definição das localidades que são consideradas “áreas de risco”.

<sup>6</sup> Benefício assistencial temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, destinado a atender às necessidades advindas da remoção de famílias residentes em áreas de risco ou desabrigadas por enchentes e outras calamidades. Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SMH).

<sup>7</sup> Construtora imobiliária sediada em Belo Horizonte, com atuação no mercado em 12 Estados brasileiros, responsável pela execução das obras nas unidades habitacionais do Bairro Carioca.

de diversas autoridades municipais. As famílias que receberam as novas residências eram oriundas das seguintes favelas: Vitória de Manguinhos, Varginha, Mandela de Pedra (Manguinhos), Bananal (Tijuca), Chupa-Cabra (Jacaré), Morro de São João (Engenho Novo) e também dos complexos do Alemão e da Penha. Antes dessa última grande entrega, já habitavam ali pessoas que tiveram que deixar várias outras favelas das Zonas Sul, do Centro e da Zona Norte da cidade: Santa Marta (Botafogo), Babilônia-Chapéu Mangueira (Leme), Pavão-Pavãozinho (Copacabana), Vidigal, Rocinha, São Carlos (Estácio), Providência (Gamboa e Santo Cristo), Formiga, Borel, Indiana, Salgueiro (Tijuca), Turano (Tijuca e Rio Comprido), Morro dos Macacos (Vila Isabel), Andaraí, Tanque e complexo do Lins.<sup>8</sup>

O que nos chamou a atenção naquele momento foi a origem diversificada daquela população, consistindo em uma nova *diáspora urbana forçada* que, de certo modo, atualiza as grandes remoções praticadas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1970,<sup>9</sup> com uma nova política de reassentamentos em vigência no município. Trata-se de um movimento de grandes contingentes populacionais dentro da cidade derivadas da política de reordenamento do solo urbano em que se reassentam compulsoriamente moradores de origens distintas em um mesmo espaço planejado, determinando a reconstrução das redes sociais (BARNES, 1987) e, a médio e longo prazo, produzindo um sentimento de pertencimento comum ao novo conjunto. Os aspectos plurais dos arranjos de vida são resumidos em um único espaço territorial, levando a fragmentação das redes sociais em virtude dessas ações remocionistas:

Todas as remoções – de favelas, casas de cômodos, ou o que fosse – por motivos punitivos, por renovação urbana, para utilidade pública, por segurança (real ou alegada) – desarticula redes sociais e outros laços construídos entre as populações proletárias contribuindo para a atomização e o divisionismo do proletariado. (LEEDS & LEEDS, 1978, p.168)

---

<sup>8</sup> Para o conhecimento e a análise de um estudo pioneiro e de grande envergadura sobre as favelas cariocas – o relatório da SAGMACS (1960), coordenado pelo sociólogo José Arthur Rios – ver MELLO, MACHADO DA SILVA, FREIRE & SIMÕES, 2012.

<sup>9</sup> A expressão *diáspora urbana forçada* foi utilizada por Marco Antonio da Silva Mello e Soraya Silveira Simões para referirem-se às políticas urbanas praticadas nos governos Carlos Lacerda (1960-1965), Negrão de Lima (1965-1971) e Chagas Freitas (1971-1975) à frente do antigo Estado da Guanabara. Calcula-se que, nesse período, 80 favelas foram erradicadas e 140 mil moradores foram removidos para as periferias da cidade (MELLO & SIMÕES, 2014).

## II - A conjuntura do Rio de Paes

Em 2008, o mundo submergiu em uma profunda crise econômica que teve início nos Estados Unidos a partir dos problemas sistêmicos financeiros provocados pela crise dos mercados secundários de títulos lastreados em hipotecas, envolvendo os chamados *subprimes*<sup>10</sup>. A reação do governo brasileiro à crise internacional foi rápida, adotando medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal), de forma a compensar a retração do setor privado, e também medidas de apoio aos setores em dificuldades.

Em março de 2009, com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até dez (10) salários mínimos, o governo anunciou o PMCMV. Aprovado pela Medida Provisória nº459, publicada em 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e pelo Decreto nº 6962, de 17 de setembro de 2009. Tinha como meta a construção de um milhão de moradias, em curto prazo, tendo para isso alocado R\$ 34 bilhões. Desse total, R\$ 25,5 bilhões originavam-se do Orçamento Geral da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS. Foi ainda previsto um investimento de R\$ 1 bilhão para complementação de infraestrutura urbana, a ser distribuído através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social.

O Programa estabeleceu um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, buscando claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção. Além dos subsídios, o PMCMV aumentou o volume de crédito para aquisição e produção de habitações, ao mesmo tempo em que reduziu os juros. Com a criação do Fundo Garantidor da Habitação, foram aportados recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego e outras eventualidades. Desta forma, buscou-se manter o desenvolvimento do setor imobiliário e reaquecer as atividades do ramo da construção civil.

---

<sup>10</sup> Créditos de alto risco que, em um ambiente financeiro desregulado, eram vendidos como papéis seguros e que permitiam taxas elevadas de rentabilidade. A crise imobiliária, ao fazer cair abruptamente os preços e reduzir a liquidez dos imóveis, deflagrou uma crise financeira cujo cerne, na verdade, era a desregulação as finanças globais.

Apesar de muitas semelhanças com o BNH, desde o planejamento quanto do ponto de vista construtivo, o PMCMV estabeleceu desde o princípio a inclusão da faixa 1 (0 a 3 salários) como os principais subsidiários e alvos do programa habitacional. Para essa faixa, a meta era construir 400 mil unidades através do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

O Rio de Janeiro foi um dos primeiros municípios brasileiros a aderir ao PMCMV, regulamentando de forma célere as medidas de desoneração tributária previstas na lei federal que instituiu o programa. A conjuntura em 2009 foi muito propícia a entrada do Programa na Cidade. Eduardo Paes foi eleito com amplo apoio e financiamento dos setores imobiliários, com destaque para os aportes financeiros das empreiteiras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Gafisa. Ao mesmo tempo, a cidade já estava fortemente inserida nas obras do PAC e no começo da experiência das UPPs, configurando o clima de *PACificação*<sup>11</sup> (CAVALCANTI, 2013) e, para completar a conjunção de fatores favoráveis a consolidação do PMCMV, o Rio de Janeiro foi eleito a próxima sede das Olimpíadas, além de se destacar como um dos principais palcos para a Copa do Mundo em 2014.

A partir da inserção do Rio aos megaeventos, o poder público local passou a usar expressões como “precisamos vender a cidade<sup>12</sup>”, no sentido de melhorar a competitividade territorial e angariar “benefícios” externos para o município, aproximando a gestão pública na lógica da gestão empresarial e transformando o Rio de Janeiro em uma *cidade-commodities* (VAINER, 2000).

---

<sup>11</sup> Os projetos de gestão da população pobre encontrados tanto nas práticas disciplinadoras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) como na política de controle por meio das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) se transforma em um processo maior, denominado por Cavalcanti (2013) de *PACificação*. A pesquisadora defende que “o acoplamento entre as intervenções em larga escala do PAC e as UPPs articula uma gramática de controle social das favelas, que constitui a política de remodelação urbana prevista pelo projeto do Rio como cidade olímpica: é a gramática da *PACificação*. Os efeitos dessa combinação de urbanização e militarização – e do novo patamar alcançado por ambos os tipos de intervenção – abre uma série de disputas, oportunidades e desafios para o exercício dos poderes locais” (p. 197).

<sup>12</sup> “A mercadotecnia da cidade, *vender* a cidade, converteu-se [...] em uma das funções básicas dos governos locais...” (Borja & Forn, 1996:33)

Não podemos deixar de divulgar a cidade. Precisamos vendê-la bem. Não adianta ser bonita e não ser bem tratada. Comparo o Rio a uma modelo internacional. Precisamos dar um tratamento privilegiado aos locais turísticos, precisamos cuidar bem de locais como a Lapa, com corredores iluminados, com revitalização e ordem, sempre trabalhando em parceria, principalmente com as forças de segurança. (Eduardo Paes, 2008, Coletiva de Imprensa. Grifo nosso.)<sup>13</sup>

As palavras proferidas pelo novo Prefeito “vender”, “revitalizar”, “ordem” e “segurança” demonstram a prioridade no reordenamento do solo urbano carioca e a estratégia de gentrificação (SMITH, 2006) pelo poder público local. Sendo assim, nas suas duas gestões, a prefeitura lançou o “Planejamento Estratégico” que no eixo “Moradia” tinha alguns objetivos centrais como o Projeto “Morar Carioca” com o objetivo de “urbanizar todas as favelas urbanizáveis até 2020”, assim como assumia a contradição de diminuir em até 5% a área ocupada por favelas na cidade. Entretanto, o programa não teve um desfecho positivo, praticamente parando a sua execução com a saída do ex-Secretário de Habitação Jorge Bittar. Na época alguns urbanistas pontuavam questões complexas em que só poderia realizar a integração das favelas à cidade oficial se os projetos de urbanização reconhecessem o que é comum e o que é particular em cada favela (LEITÃO & DELECAVE, 2013)

Com o fim do Morar Carioca, a Prefeitura priorizou a sua política habitacional em conjunto com as intervenções urbanas e a volta das incursões remocionistas em favelas. Em uma sucessão de leis aprovadas na Câmara e Decretos pelo Executivo municipal, inicia-se um novo ciclo no solo urbano carioca com favorecimentos fiscais as empreiteiras para construção de conjuntos habitacionais de baixa renda e definindo a Zona Oeste como “área de interesse especial” para habitação a partir da aprovação do Plano Diretor em 2011.

Esse conjunto de medidas reproduz a lógica espacial do Banco Nacional de Habitação (BNH) no PMCMV, repetindo erros gravíssimos da segregação urbana em que cerca de 82% dos conjuntos estão localizados na Zona Oeste da cidade. Além disso, a concepção condominial do Programa inova no modelo construtivo com a adesão de muros, portões e guaritas como forma de “ensinar a morar”.

---

<sup>13</sup>Coletiva de imprensa feita para a apresentação do novo Secretário Municipal de Turismo Antônio Pedro Figueira de Mello. Fonte: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2008/11/13/ult4728u20510.jhtm>

Em um Decreto<sup>14</sup> especial para a construção de moradias para o processo de reassentamento e um acordo entre o Prefeito Eduardo Paes e a Presidente Dilma Roussef, o Rio de Janeiro inaugurou o que poderia ser chamado de “MCMV Reassentamento”, algo não previsto no programa, mas que se encaixa no momento atual de reordenação do espaço urbano carioca.

Apesar da concentração espacial do PMCMV na Zona Oeste, houve algumas realidades específicas e inusitadas, os dois maiores conjuntos feitos pelo Programa no Rio de Janeiro estão localizados na região do Centro do Rio de Janeiro, a chamada área de planejamento estratégico 1 (AP1). São os Conjuntos do Bairro Carioca em Triagem e os residenciais “Zé Ketí” e “Ismael Silva” no Estácio. Algumas observações são importantes para esse fenômeno, a primeira é que a alta concentração de conjuntos na Zona Oeste não ocorreu apenas por incentivo do poder público mas também devido a própria concepção do PMCMV em que coloca a iniciativa privada em todo o processo construtivo desde a aquisição de terrenos até a entrega das unidades, ocorrendo assim a maior concentração de moradias da faixa 1 na Z.O. pelo fato do preço da terra ser mais barato. Uma outra observação é que os terrenos do Bairro Carioca e dos residenciais Ismael Silva e Zé Ketí são de origem pública, sendo o primeiro adquirido pela prefeitura da antiga Cidade Light<sup>15</sup> e o segundo em que localizava o antigo presídio Frei Caneca, sendo que as empreiteiras entraram apenas como prestadora de serviços até a entrega dos conjuntos, no caso a Direccional Engenharia<sup>16</sup>. Esses fatores possibilitaram que os dois maiores conjuntos do PMCMV no Rio de Janeiro fugissem a regra dos outros conjuntos que estão localizados em regiões mais distantes do Centro da Cidade.

---

<sup>14</sup> Decreto 33017, de 8 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes de relocação de edificações populares na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> A Cidade Light, como era chamada, foi inaugurada nesse mesmo local em 1930. Como a Light era a empresa que tinha a concessão dos principais serviços públicos – de transporte, de gás encanado, de telefonia e eletricidade –, ela resolveu concentrar em um único lugar toda a fabricação e conservação do material necessário para a manutenção desses serviços. Fonte: Museu da Light.

<sup>16</sup> Construtora imobiliária sediada em Belo Horizonte, com atuação no mercado em 12 Estados brasileiros, responsável pela execução das obras nas unidades habitacionais do Bairro Carioca.



Entretanto, podemos verificar que o processo construtivo não fugiu da lógica padronizada se compararmos com outros conjuntos. Outro fator importante é que a melhor localização territorial não promoveu a integração plena dos moradores no espaço urbano. Além disso, a formalidade plena dos mutuários da faixa 1 e a construção da cidadania pelo aspecto do consumo, sobretudo para os reassentados dos processos de remoção de favelas, promove consequências como o endividamento dos moradores, a sazonalidade dos mutuários dentro do conjunto e a ressignificação dos espaços nesse novo modo de habitar à cidade.

O que se verifica na atualidade é a redefinição da política urbanística municipal conectado ao plano do legado urbano dos Jogos Olímpicos 2016, tal como estabelece o *Planejamento estratégico Rio pós-2016* da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro<sup>5</sup>. Com recursos do PMCMV, totalizando cerca de 8 bilhões de reais, o *Morar Carioca* possui como lema “integrar todas as favelas do Rio à cidade formal”. Pretende promover um ordenamento no uso do solo urbano, a partir de três eixos principais: proteção ao meio ambiente (“ecoefficiência”), reassentamento e melhorias habitacionais.

A falta de parâmetros objetivos para definir quais áreas são removidas e por quais motivos, colocam milhares de famílias a margem no posicionamento do solo urbano carioca, determinando cada vez mais a ação da especulação imobiliária na cidade do Rio de Janeiro. Alguns órgãos públicos como o Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, assim como setores da sociedade civil e dos movimentos sociais com ações nas favelas e periferias da cidade, veem denunciando a possível ligação do Estado e dos Governos (Municipal e Estadual), assim como outros setores do poder público, com interesses imobiliários, grandes eventos e a desapropriação de áreas para o planejamento urbano municipal.

Abaixo podemos verificar o quadro das comunidades removidas ou ameaçadas de remoção nos diferentes bairros e áreas estratégicas dentro da capital carioca, além das justificativas do poder público e o número de famílias afetadas, estabelecido pelo *Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro*<sup>17</sup>, intitulado “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro” lançado em maio de 2013:

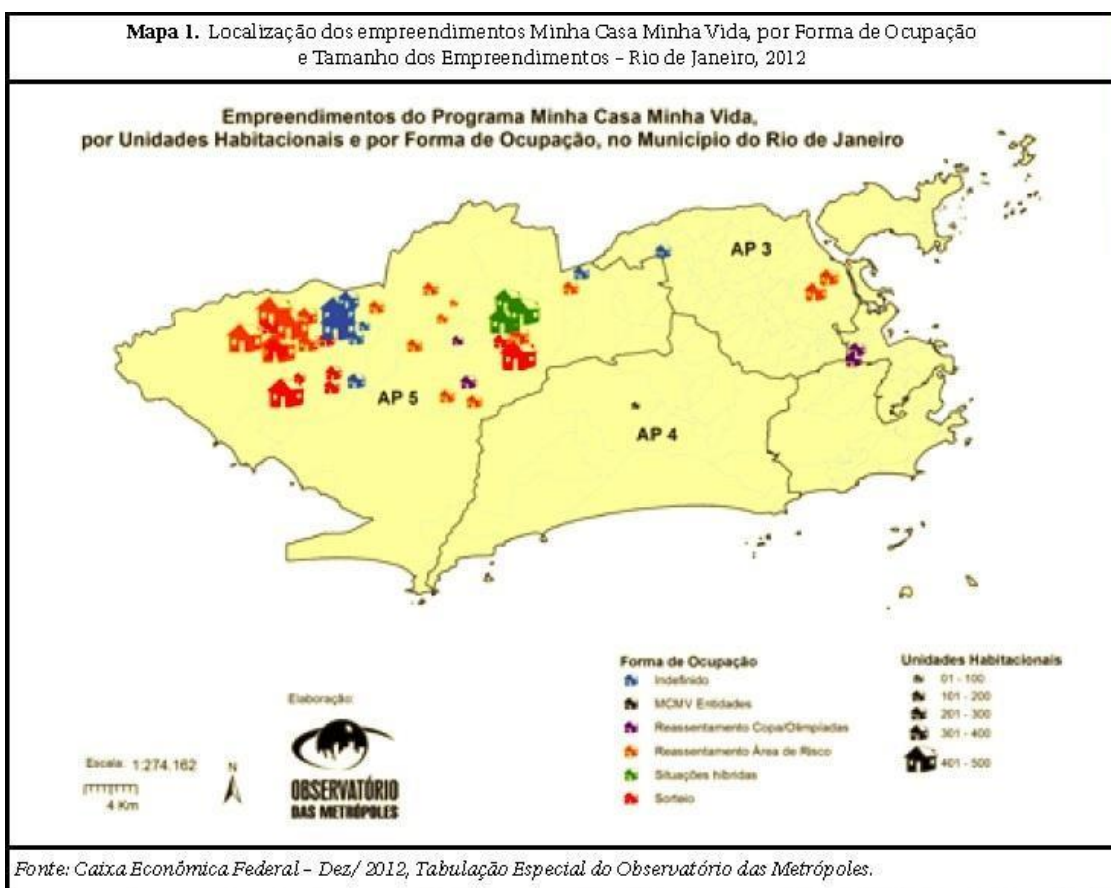
---

<sup>17</sup> Ver: [www.comitepopulario.wordpress.com/tag/dossie](http://www.comitepopulario.wordpress.com/tag/dossie)

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Removida	65	BRT Transcarioca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/i	100	Removida	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	Removida	27	BRT Transcarioca
4. Penha Circular	s/i	40	Removida	40	BRT Transcarioca
5. Largo do Tanque	s/i	66	Removida	66	BRT Transcarioca
6. Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	68	28	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	300	Removida	300	Construção do Parque Municipal de Madureira/"Legado"associado à Transcarioca
8. Restinga (Recreio)	1994	80	s/i	80	BRT Transoeste Barra da Tijuca a Santa Cruz
9. Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Removida	235	BRT Transoeste
11. Notre-dame	s/i	52	s/i	52	BRT Transoeste
12. Vila da Armoedo	s/i	50	s/i	50	BRT Transoeste
13. Vila Taboinha	1990	—	400	400	Reintegração de posse
14. Asa Branca (Curicica)	1986	—	s/i	s/i	BRT Transolímpica
15. Vila Azaleia (Curicica)	1990	—	100	100	BRT Transolímpica
16. Vila União (Curicica)	década de 1980	—	3.000	3.000	BRT Transolímpica
17. Colônia Juliano Moreira	1935	—	400	400	BRT Transolímpica
18. Metrô Mangueira	1980	566	46	612	Estacionamento para o estádio do Maracanã
19. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	—	500	500	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
20. Belém-Belém (Pilares)	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
21. Favela do Sambódromo	s/i	60	Removida	60	Alargamento do Sambódromo
22. Morro da Providência	1897	140	692	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
23. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Removida	150	Projeto Porto Maravilha
24. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Removida	30	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupações na Rua do Livramento	s/i	—	400	400	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupação Boa Vista	1998	35	Removida	35	Projeto Porto Maravilha
27. Quilombo das Guerreiras	2006	—	50	50	Projeto Porto Maravilha
28. Zumbi dos Palmares	s/i	133	Removida	133	Projeto Porto Maravilha
29. Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Removida	47	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Removida	70	Projeto Porto Maravilha
SUBTOTAL 1		2.434	5.916	8.350	COPA E OLIMPÍADAS
31. Tabajaras / Estradinha	1986	252	100	352	A Prefeitura alega que a área é de risco
32. Virgolândia	década de 1980	600	—	600	Faixa Marginal de Proteção
33. Pavão-Pavãozinho	1930	300	—	300	A Prefeitura alega que a área é de risco
34. Santa Marta	1942	—	150	150	Área de risco no Pico do Santa Marta
35. Vidigal	1941	—	40	40	Área de risco
36. Horto	1811	3	520	523	Interesse ambiental e patrimônio histórico
37. Indiana	1957	110	517	627	Área de risco
SUBTOTAL 2		665	1.927	2.592	INTERESSE IMOBILIÁRIO, AMBIENTAL E ÁREA DE RISCO
<b>TOTAL</b>		<b>3.099</b>	<b>7.843</b>	<b>10.942</b>	

Os grandes investimentos em infraestrutura implementados pela atual Prefeitura carioca e seu programa maior de urbanização vem estimulando a especulação imobiliária em favelas da Zona Sul, inserindo a capital carioca no circuito global de cidades-commodities e favorecendo a gentrificação por toda parte.

Em contrapartida, as ofertas de moradias populares oferecidas pelo PMCMV se concentram em torno de 80% em áreas da Zona Oeste da cidade e que não receberão os grandes investimentos destinados a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Abaixo podemos observar uma tabulação feita pelo *Observatório das Metrópoles* com os dados extraídos da Caixa Econômica Federal em 2012:



O conceito de gentrificação (*gentrification*), utilizado pela socióloga inglesa Ruth Glass em 1964 a partir do enobrecimento do espaço urbano em bairros e distritos de Londres, se aplica perfeitamente à atual conjuntura do Rio de Janeiro. Tal como ocorreu em Londres, ao mesmo tempo em que o poder público investe na chamada “revitalização” das áreas centrais e de periferias industriais, o solo urbano vai ficando cada vez mais caro, levando à saída de setores populares dessas áreas e à imediata ocupação pela classe média.

Desse modo, a partir de uma visão social e historicamente construída de que “morar bem” no Rio de Janeiro significa morar próximo da praia, a elite carioca migrou para a Zona Sul ao longo do século XX e logo encontrou favelas na região, o que não se configurava como “cenário ideal”, levando à atuação arbitrária do poder público com intuito de erradicar e levar a “civildade” para as pessoas moradoras das favelas, amontoando-as em conjuntos habitacionais construídos em áreas periféricas na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, o remanejamento em massa de pessoas sem o devido planejamento criou problemas para uma série de outros setores, como transporte, saúde e segurança, e tampouco resolveu a questão da habitação. Sendo assim, é possível verificar vários casos em que existe pouco ou nenhum diálogo do poder público com moradores que estão sofrendo diretamente os impactos do projeto urbanístico em curso na cidade do Rio de Janeiro. Como aponta o relatório do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas:

Para além das remoções, estão em curso transformações mais profundas na dinâmica urbana do rio de Janeiro, envolvendo, de um lado, novos processos de elitização e mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o estado e os agentes econômicos e sociais, marcados pela negação das esferas públicas democráticas de tomada de decisões e por intervenções autoritárias, na perspectiva daquilo que tem sido chamado de cidade de exceção. Decretos, medidas provisórias, leis votadas ao largo do ordenamento jurídico e longe do olhar dos cidadãos, assim como um emaranhado de portarias e resoluções, constroem uma institucionalidade de exceção. nesta imposição da norma a cada caso particular, violam-se abertamente os princípios da impessoalidade, universalidade e publicidade da lei e dos atos da administração pública. De fato, as intervenções em curso envolvem diversos processos nos quais os interesses privados têm sido beneficiados por isenções e favores, feitos em detrimento do interesse público, legitimados em nome das parcerias público-privadas. (p.30)

### **Considerações finais**

A Cidade do Rio de Janeiro está sendo palco de diversos projetos visando à preparação da cidade para a Copa do mundo de 2014 e para os Jogos olímpicos de 2016. As obras incluem instalações esportivas, a reforma do estádio maracanã, infraestrutura no campo da mobilidade urbana (modernização e expansão do metrô, construção de corredores de ônibus, obras viárias de acesso à área urbana e reformas do Aeroporto internacional Tom Jobim) e projetos de reestruturação urbana. Todas essas transformações promovem um grande deslocamento populacional por parte das remoções e reassentamentos de moradores em áreas de interesse do poder público, assim como por parte do aumento do custo de vida, o que acelera o processo de gentrificação em algumas áreas da cidade.

No caso do Rio de Janeiro, fica claro que o projeto de atração de investimentos tão propagandeado pelo poder público municipal e estadual com a realização da Copa do mundo de futebol de 2014 e dos Jogos olímpicos de 2016 tem como um componente importante o deslocamento dos pobres das áreas valorizadas, como o bairro da Barra da Tijuca e do Recreio, ou que serão contempladas com investimentos públicos, como os bairros de Vargem Grande, Jacarepaguá, Curicica, Centro e Maracanã. Nestes bairros, áreas de expansão do capital imobiliário, a prefeitura municipal atua como uma máquina de remoção de casas populares. A maioria das remoções está, portanto, localizada em áreas de extrema valorização imobiliária. Os investimentos públicos realizados em transporte (brts) privilegiaram esses mesmos espaços, multiplicando as oportunidades de outros investimentos e de retorno financeiro na produção habitacional para classes média e alta e na produção de imóveis comerciais. Quanto às construções destinadas aos atletas e equipamentos esportivos – Vila dos Atletas no Rio Centro e Parque Olímpico – após os jogos, serão transformadas em empreendimentos residenciais de luxo, comercializados pelas empreiteiras “parceiras” dos governos municipal e estadual.

Já os conjuntos habitacionais produzidos pelo PMCMV (destinado às famílias com rendimentos de até três salários mínimos) para atender à população removida, não estão localizados, em sua grande maioria, nas áreas beneficiadas com investimentos para a Copa e as Olimpíadas, mas nas áreas periféricas da cidade, as quais possuem baixa cobertura dos serviços públicos e da infraestrutura urbana. Cabe destacar que, em

alguns casos, a ausência ou precarização dos serviços públicos será provocada pelo recebimento de um contingente enorme de pessoas sem a correspondente ampliação dos serviços.

Ao analisarmos a situação dos reassentados no novo conjunto habitacional *Bairro Carioca* em Triagem, podemos observar características já estudadas por outros pesquisadores na área habitacional e de planejamento urbano do Rio de Janeiro, que se repetem e reatualizam nessa nova localidade, desde aos novos problemas econômicos colocados pelo Estado de direito e deveres até aos estereótipos e estigmas socialmente produzidos.

### **Referências:**

BARNES, John A. Redes sociais e processo político [1969]. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, pp. 159-193.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. El estudio de la gentrificación, in **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales** – nº 228. Universidad de Barcelona, 2006.

BORJA, Jordi & FORN, Manuel de. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades, in **Espaço e Debates**, ano XVI, n. 39, 1996.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. In: **Dilemas**, vol. 6, n. 2, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio, Zahar, 1978.

LEITÃO, Gerônimo & DELECAVE, Jonas. O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? In: **O social em Questão** – Ano XVI, nº 29, 2013. P.265-284.

MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO. **Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**, maio de 2013 (Relatório Técnico).

MELLO, M. A. S., MACHADO DA SILVA, L. A., FREIRE, L. L., SIMÕES, S. S.(orgs). **Favelas Cariocas: ontem e hoje**. Rio, Garamond, 2012.

MELLO, Marco Antonio da Silva & SIMÕES, Soraya Silveira. Favela: arqueologia histórica e etnografia retrospectiva de uma categoria jurídica. Resenha do livro Favelas do Rio de Janeiro. História e direito, de Rafael Soares Gonçalves. In: **O Social em Questão**, Ano XVIII, nº 31. Rio de Janeiro: Dep. de Serviço Social - PUC Rio, 1º. sem.2014, pp. 255-262.

PAES, Eduardo. **Paes anuncia Antonio Pedro Figueira de Mello como novo Secretário de Turismo do Rio** (Coletiva de Imprensa). Bol Notícias, 13 de novembro de 2008.

PARISSE, Lucien. **Favelas do Rio de Janeiro. Evolução e Sentido**. Rio, Cenpha, 1969.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio, Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio, Zahar, 1981.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na zona sul do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Niterói: PPGA-UFF, 2008.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia global. In: BIDOU-ZACHARIASEN (org.), **De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006. P. 60-87.

SOARES GONÇALVES, R. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio, PUC, 2013.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Vozes, 2000, p.75-103.

VALLADARES, Licia do Prado (org.). Repensando a habitação no Brasil, in **DEBATES URBANOS 3**. Rio, Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_ **Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro**. Rio, Zahar, 1978.

VOGEL, A., MELLO, M. A., Santos, C.N.F. et alii. **Quando a Rua vira Casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio, IBAM/FINEP, 1981.

VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva. O experimento de Tobiki: reflexões sobre a didática magna da prosperidade. In: **Fórum Educacional**, n.13, vol.1/2. Rio de Janeiro: FGV, 1º./2º trim., Fev-Mai/1989, pp. 03-25.